

REVOLTAS GLOBAIS E LUTAS SOCIAIS NA CRISE DO CAPITALISMO

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: o capitalismo leva ao desperdício dos recursos naturais e, neste sistema, pratica-se uma obsolescência planejada e estimula-se um consumismo desenfreado, revelando o que István Mészáros ressaltou como a essência desse sistema, que é expansionista, destrutivo, incontrolável. O capital encontra-se diante de uma crise global cada vez mais profunda e, nessa realidade, as revoltas “Occupy Wal Street”, “Primavera Árabe”, “Indignados” e outros diversos movimentos sociais começaram a entender as condições econômicas negativas que atingem a maior parte do mundo e não aceitam mais o discurso neoliberal. Destarte, o presente artigo trata da questão das diferentes lutas e movimentos sociais contemporâneos em meio à crise do capitalismo global, cujo modelo econômico capitalista atual necessita de uma mudança radical.

Palavras-chave: Revoltas sociais. Crise do capitalismo. Transformações sociais.

1 Introdução

O domínio avassalador do neoliberalismo, a colaboração da social-democracia para com o mercado, os primeiros efeitos favoráveis de consumismo na era chamada de globalização fez estragos e possuía uma força tamanha a ponto de a esquerda renunciar a seus valores históricos, não sendo capaz de defender suas propostas, inclusive até na Europa, quando os partidos socialistas no poder passaram a colaborar com o capital. Resultado: a crise do capital financeiro global, iniciada em 2007, lançou a humanidade à beira de um abismo e, mesmo assim, predominam políticas conservadoras e retrógradas.

A crise do capital em nível global está longe de terminar. Os líderes europeus não apresentam nenhuma vontade política de enfrentar a crise e o poder dos mercados financeiros. Na Grécia e na Itália, o mercado chegou ao ponto de impor governos tecnocráticos, comandados até por ex-funcionários do banco Goldman Sachs, representando um ataque e uma afronta à democracia burguesa e constituindo um governo dos bancos para os bancos.

O que a mídia chama de mercado não passa de um conjunto de bancos de investimento, fundos de pensão, fundos de *hedge* (especulativos), companhias de seguro que vivem a comprar e vender ativos, como moeda, ações, títulos públicos e derivativos, criando e dinamizando uma riqueza chamada de capital fictício. O Consenso de Washington foi de credo neoliberal e as ideias

dogmáticas de mercado livre turbinaram esse processo de globalização do mercado financeiro, criando uma economia virtual que chega a ter um valor superior a 16 vezes o da economia real.

A Europa, que era o último local no mundo onde o capital expansionista, destrutivo e incontrolável era combatido por políticas de proteção sociais, hoje está tendo o seu Estado de Bem-Estar Social demolido pelo golpe do mercado que fabrica consensos políticos como modo de comando sobre governos nacionais. Para evitar o pânico financeiro mundial, os governos dos Estados Unidos da América (EUA), Europa e Japão defendem e praticam a política de austeridade das contas públicas e estão desmontando os serviços públicos, rebaixando os salários e privatizando os bens do Estado.

A pretexto de salvar o Euro, os governos retiraram da sociedade o poder de controlar suas finanças públicas, ou seja, sua soberania orçamentária. Os atuais governos estão dispostos a sacrificar os direitos sociais em favor da oligarquia financeira; os investimentos sociais e a manutenção do Estado de Bem-Estar Social tornaram-se objetivos subordinados e secundários; assegurar os interesses dos credores privados é o único objetivo. O capital financeiro expansionista, destrutivo, incontrolável continua no comando do processo.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é realizar uma reflexão a respeito das diferentes lutas e movimentos sociais contemporâneos em meio à

recente crise do capitalismo global, cujo modelo econômico atual necessita de uma mudança radical. Inicialmente, apresenta a dinâmica do capitalismo atual e as escolas que legitimaram cientificamente este processo; em seguida, aborda como diferentes cientistas sociais estão percebendo a crise mundial; na seção seguinte, trata das diferentes e diversificadas revoltas que ocorrem ao redor do planeta; e finaliza com a defesa da necessidade de constituição e batalha por ideias para a construção de uma alternativa, um projeto, que combata os males que estão sendo causados pelo capital.

2 A globalização sob a dominância do capital fictício

Globalização é um nome genérico que foi dado às transformações ocorridas mundialmente no período recente, envolvendo as áreas comercial, produtiva e financeira, entre outras. O tema globalização tem sido analisado por uma extensa literatura. Nesses trabalhos, os conceitos são muitas vezes empregados de forma imprecisa e com diferença de significados. No total, é possível encontrar cinco linhas básicas de interpretação do fenômeno da globalização (PRADO, 2007): (a) como uma época histórica; (b) como um fenômeno sociológico de compressão do espaço e do tempo; (c) como hegemonia dos valores liberais; (d) como fenômeno socio-econômico; e (e) como um mito.

Consoante Prado (2007), a interpretação do fenômeno da globalização como uma época histórica define esse processo como um ciclo histórico que se inicia com a queda do muro de Berlim e com o desaparecimento da União Soviética.

A abordagem da compressão do espaço e do tempo apresenta um quadro que define as relações sociais no capitalismo, nas quais o capital adquire maior liberdade de se mover, enquanto o trabalho continua aprisionado na localidade, principalmente devido aos custos de mudanças e aos controles de migração. Na concepção de globalização como hegemonia dos valores liberais, esse processo é apresentado como o último estágio do desenvolvimento das sociedades humanas. Essa concepção tem no teórico do "fim da história", Francis Fukuyama, o seu mais famoso representante. O quarto conceito apresenta a globalização como um fenômeno de interação de distintos processos de expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital, que acarretaram um maior acirramento da concorrência nos mercados

internacionais e que levaram, também, a uma maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. A última definição questiona a existência desse fenômeno, afirmando que o conceito de globalização é um mito. Por essa abordagem, o tema globalização não se trata de um fenômeno inédito e representa uma falsa novidade; o processo de globalização representa a repetição, sob nova abordagem, do fenômeno da expansão da civilização europeia a partir do final do século XV.

Assim, o conceito de globalização é um conceito inacabado e controverso; e a literatura dominante revela-se uma mera representação ideológica, uma armadilha teórico-conceitual montada para impedir a construção de alternativa contra-hegemônica nos países emergentes da periferia do capitalismo. O discurso dominante desse processo de globalização procura difundir o ponto de vista de superação do imperialismo expansionista, do capital monopolista e das políticas de dominação implementadas pelos países centrais do capitalismo internacional.

No atual contexto histórico-institucional financeiro globalizado, predomina a desintermediação bancária, asecuritização, o lançamento de títulos de dívida pública direta, títulos de propriedade e derivativos, a globalização financeira etc. Essa realidade histórica do capitalismo empresarial foi traduzida por John M. Keynes, segundo o qual, a genial descoberta de Karl Marx, D - M - D', significa que a firma é um *locus* de acumulação de capital na sua forma mais maleável, mais flexível, mais geral, ou seja, as empresas, que iniciam o processo com dinheiro, têm por objetivo aumentar o comando sobre a riqueza social (mais dinheiro), que somente pode ser obtido se gerar excedente, o qual deve ser apropriado pela própria firma. Assim, a empresa procura se apropriar e buscar a riqueza em sua forma mais geral, que é a forma monetária (CARVALHO, 1989).

No capitalismo globalizado, o circuito D - M - D' no sistema capitalista passa a ser influenciado em maior peso pela busca da liquidez, pelo aspecto financeiro, com o seu circuito predominantemente restrito à dinâmica D - D', típico do capital financeiro e portador de juros. A lógica de crescimento da estrutura financeira levou a uma subordinação da dinâmica da acumulação real, que passou a ser comandada pelo processo de globalização e integração dos mercados financeiros, operando, ininterruptamente, em tempo real.

Esse circuito de valorização financeira (D - D') a lógica do circuito real da economia (D - M - D') e reduz as oportunidades de valorização produtiva. É o momento de domínio da riqueza financeira, o chamado capital fictício, que se expande independentemente do ritmo da valorização do capital produtivo, e a economia se torna especulativo-fictícia, com intensificação de bolhas especulativas recorrentes, provocando crises diversas em muitos países em todos os continentes (MARQUES; NAKATANI, 2009).

Desse modo, embora o processo de globalização seja múltiplo (financeiro, comercial, produtivo, tecnológico, cultural etc.), as finanças internacionais têm se desenvolvido de acordo com sua própria lógica e não mais em relação direta ao financiamento dos investimentos e do comércio em nível mundial, começando a delinear um novo regime de acumulação global que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário, subordinado às necessidades do capital dinheiro (CHESNAIS, 1996).

Acrescente-se que a economia mundial, desde o final do século XX, passou a ser grandemente influenciada pelas relações monetárias e financeiras internacionais, o que elevou e exacerbou a instabilidade e provocou crises periódicas. Enquanto o produto interno bruto (PIB) global, em 2006, somava aproximadamente US\$ 50 trilhões, o dinheiro financeiro que girava nos mercados chegava a US\$ 170 trilhões, num processo de ciranda financeira gananciosa e na rota especulativa, sem limites, baseada em uma variedade de inovações financeiras desreguladas e sem fiscalização, onde os financistas ganhavam milhões e milhões, concentrando a renda nos mais ricos.

A economia ortodoxa especializou-se em realizar uma construção ilusória do capitalismo. A defesa científica dessa política foi realizada ao longo do tempo por diferentes correntes em diversas universidades americanas, constituindo-se um verdadeiro contra-ataque neoliberal, que combatia as ações do Estado do Bem-Estar Social, apresentando uma disputa do mercado contra o Estado, com uma teoria liberal extremada para desmantelar o Estado, via discurso da eficiência privada *versus* ineficiência pública.

Inicialmente, nos anos 1960, os monetaristas da Escola de Chicago, capitaneados pelo Prêmio Nobel Milton Friedman, realizaram uma forte crítica à política de ativismo do Estado. Pouco tempo

depois, apareceu a teoria da escolha pública, comandada por James Buchanan, que, em 1962, apresentou o Estado leviatã e defendeu o Estado mínimo, mostrando as falhas do Estado, devido à política de troca, deduzidas a partir de indivíduos buscando *rent seeking*, ou seja, caçadores de renda do setor público. Em seguida, nos anos 1970, surgiu a teoria da regulação, que defendia a tese de que os órgãos reguladores priorizam o interesse das empresas que teriam o dever de regular, sendo as agências reguladoras facilmente capturadas pelas empresas privadas que deveriam fiscalizar. Finalmente, surgiu a teoria novo-clássica, do prêmio Nobel de 1995, Robert Lucas, e do Nobel de 2011, Thomas Sargent. Todas essas escolas usaram a teoria neoclássica para justificar cientificamente suas ideias e formaram o contexto que iria impor as políticas neoliberais de ajuste macroeconômico e reforma do Estado como as únicas medidas corretas.

A composição dessas medidas consistia em (BAUMAN, 2010): a) desregulamentação dos mercados de trabalho e do mercado financeiro (liberalização); b) privatização das empresas estatais de serviços públicos (privatização); c) mudança das abrangências e operação das políticas sociais (focalizadas); d) restringir as escolhas do Governo em desenvolvimento - antiestatal.

Como resultado, ocorreu o agravamento e o aumento da instabilidade e das crises na periferia do sistema capitalista. O chamado neoliberalismo representou um projeto em que um Estado forte atuava como fonte de valorização do capital, priorizando a política da eficiência e da competitividade, transformando o capitalismo e acomodando os interesses do capital financeiro, para que os consumidores passassem a viver via crédito, gastando acima das suas rendas, e passassem a vida a pagar juros (BAUMAN, 2010).

Todavia, essa complexidade material chamada capitalismo global predominou na lógica da maximização do lucro e da procura por mais dinheiro. Usar dinheiro para ganhar mais dinheiro, para e pelos que já possuem bastante dinheiro. Nessa realidade, os custos desse processo são repassados e externalizados pelo Estado e pelo público em geral; e o papel do governo é proteger aos interesses dos grandes capitais, disciplinando a concorrência, controlando a mão de obra, subsidiando os investimentos, fornecendo crédito, socorrendo o capital financeiro em dificuldade, etc.

A crise do capitalismo global iniciada em 2008 pôs em xeque a propalada eficiência do mercado e desmoralizou as justificativas científicas das escolas que sempre louvavam os mercados.

Na crise atual, o Estado foi novamente chamado para salvar o capitalismo e garantir sua sobrevivência. Os programas de resgate do sistema financeiro foram de tal monta que evitaram uma depressão econômica. Todavia, o retorno da crise econômica na Europa tem feito os liberais e conservadores apresentar as consequências e os estragos causados pela crise iniciada em 2008 como culpa do Estado do Bem-Estar Social e do keynesianismo, ou seja, passaram a afirmar que a crise era uma crise fiscal, fruto de má administração de recursos públicos pelo Estado providência.

3 Análise da crise capitalista

As políticas postas em prática procuraram socializar os prejuízos e não penalizaram os que construíram a catástrofe do capital. As revoltas dos “Indignados” que se espalharam por diferentes países revelaram então que a população estava percebendo que o capital financeiro continuava ganhando e transferindo os prejuízos para a sociedade via políticas dos Estados. Nos EUA, inicialmente, a mídia conservadora procurou tratar com ironia, indiferença, cinismo e até estupidez a revolta da população, que percebia que o salvamento do sistema bancário era um processo de acobertamento das operações que provocaram a crise. Tudo esse processo não passava de uma solução paliativa e o problema real está longe de ser resolvido, pois não está sendo enfrentado.

Devido à gravidade da crise e às incertezas que se apresentam, uma questão a ser respondida é o que nos reserva o futuro do capitalismo. Em outras palavras, quais são as opções que existem e como os cientistas sociais estão realizando as análises e quais são as suas opiniões sobre o futuro do capital e da humanidade.

Para Bauman (2011), as notícias sobre a morte do capitalismo são um pouco exageradas. Bauman acredita na capacidade surpreendente de ressurreição e regeneração do capitalismo que é inerente a esse organismo parasitário, como já afirmava Rosa Luxemburgo.

Wallerstein (2011) defende que o capitalismo chegou ao fim da linha e que está condenado; resta saber o quê irá substituí-lo, embora, no fim, a questão que se apresenta é que não passará por uma transição apocalíptica e a alternativa que

surgirá dependerá das escolhas da humanidade. Tanto pode ser para uma linha mais igualitária, democrática e moral, como pode caminhar para um sistema muito pior, ou seja, mais desigual, polarizado e explorador. Já Kozy (2011) afirma que o capitalismo perdeu a ética protestante de seu nascimento. A atual epidemia financeira e consumista destruiu os valores morais e religiosos em favor do consumo e da **depravação**. O capital abusou do marketing, das mentiras para estimular o consumismo. Assim, capitalismo e protestantismo tornaram-se inconsistentes entre si, fazendo-se necessários determinados controles.

Em uma análise que privilegia a linha da defesa ecológica, Diamond (2005) prega a necessidade de mudança e a defesa da natureza; percebe que o capitalismo caminha como algumas civilizações do passado, tomando decisões desastrosas que levaram à sua falência; e constata e prega a necessidade de mudança urgente do capitalismo.

Barry e Eckersley (2005) também percebem a grave crise ecológica global e o problema da questão ambiental na atualidade. Ambos defendem a criação de um Estado ecológico que objetive regular a sociedade e em defesa da questão ambiental, tanto em âmbito nacional como internacional, colocando o meio ambiente como núcleo das suas atividades.

O ex-jornalista do Wall Street Journal, Thomas L. Friedman (2010), constata que a realidade atual revela um mundo quente (aquecimento global), plano (mais justo e mais confortável) e lotado (elevada população de consumidores), com um estilo de desenvolvimento baseado em uma atitude perdulária e hedonista, com elevada demanda de produtos naturais, de matriz energética que ocasiona a degradação da biodiversidade e que tem provocado dramáticas mudanças climáticas, decorrentes do modelo de vida americano típico da “geração gafanhoto”. Urge a reconstrução do EUA com um modelo econômico baseado no trabalho, no desenvolvimento tecnológico, na criatividade, na prosperidade e ecologicamente sustentável, renovável, saudável, seguro e justo.

Para os economistas keynesianos, a crise financeira global é decorrente da falta de moralismo nas práticas do setor financeiro e bancário, ou seja, da falta e na falha de regulamentação por parte do Estado. O professor de Harvard Dani Rodrik (FUCS, 2011) constata que predominou o que ele denomina de hiperglobalização, centrada na abertura comercial e financeira que chegou a ameaçar a

democracia e a soberania das nações. Rodrik defende que os países que se deram melhor nessa competição global foram os que se integraram gradualmente na economia mundial, utilizando as políticas industriais e comerciais para diversificar sua economia.

Na linha marxista, Carcanholo (2011) defende que o quadro atual não representa uma crise final do sistema capitalista; trata-se do início do processo de colapso de uma etapa específica do capitalismo, ou seja, a do capital fictício e rentista. Para Carcanholo, o capitalismo infelizmente não acabou e continuará por muito tempo.

Dierckxsens et al. (2010), por outro lado, afirmam que são múltiplas as crises que a humanidade enfrenta nessa segunda década do século XXI: crises no aspecto econômico-financeiro, na geopolítica, no campo militar, na área energética, a crise alimentar, a grave crise ecológica, crise na questão de uma falta de ética sem precedente e também crise no campo social. Todo este contexto decorre do desenvolvimento do capitalismo, mormente ao longo das quatro últimas décadas, que aprofundou características instáveis da gênese do capital.

Mészáros (2011) identifica uma crise estrutural do capital. Uma crise endêmica, uma crise cumulativa e com perspectiva de destruição global da humanidade. Mészáros identifica ainda uma diferença conceitual entre capitalismo e capital. Para ele, o sistema de sócio-metabolismo do capital é mais poderoso e abrangente, sendo formado pelo tripé trabalho, capital e Estado, que atuam inter-relacionados. O desafio atual é superar este tripé, dado que o capitalismo é um sistema que não apresenta limites e não pode ser controlado no seu processo de expansão destrutiva e nefasta; estando em evolução um processo de destruição e degradação da natureza e de precarização da força de trabalho, que sinaliza uma elevada perspectiva de destruição da humanidade. Dado também que é impossível um socialismo em âmbito de um único país, sua opinião é que é fundamental o retorno das lutas pelo socialismo global e universal via criação de formas de atuação e articulação de lutas sociais que permitam os indivíduos realizarem-se como seres humanos.

4 Revoltas diferentes e diversificadas

Em meio a essa crise global, quando as primeiras revoltas iniciaram, as mesmas foram saudadas como vitória da democracia. As

revoluções ocorriam somente nos países árabes e foram então aclamadas como a “Primavera Árabe”. O problema é que a crise do capital se expandiu mundo afora de tal forma que surgiram diversas revoltas contra o poder das elites, mesmo em nações desenvolvidas da Europa, como na Grécia, Espanha, Portugal etc., sendo então denominadas de “Revolta dos Indignados”. A onda de revolta levou até os conservadores e ultra-liberais dogmáticos do *Tea Party* a ocupar as ruas protestando contra o governo dos EUA. Na América Latina, ocorreram protestos dos estudantes chilenos contra a educação privada e o neoliberalismo, que inviabilizam a ascensão social. Até que, finalmente, a população americana foi à rua com o movimento *Occupy Wall Street* (Ocupar Wall Street), também chamado de “outono americano”. Então, a imprensa percebeu que havia um sentimento crescente de revolta contra a classe política que não conseguiu resistir à plutocracia. Entretanto, cada uma dessas revoltas e desses movimentos sociais apresentam características próprias de uma realidade e de um contexto histórico específico. A primavera árabe, que foi apresentada como a faísca fundamental, representava a luta por regimes democráticos, que desencadearam situações revolucionárias incríveis e inesperadas; representando a caminhada para a superação de anos de ditadura, de domínio religioso, de libertação da mulher, da conquista de direitos, num campo minado pela religião mulçumana. Nessas regiões os povos deram-se conta de que as elites dominavam porque o povo permitia.

No processo de criação do euro, os governos social-democratas e socialistas europeus foram levados a aceitar as mesmas tarefas que foram encomendadas aos governos conservadores neoliberais. Assim, promoveram um afastamento da política de uma parte cada vez maior dos seus cidadãos, abdicando de promover políticas públicas de coesão social mínima (BORDIEU, 2001). Os governos, ao conceder tudo aos bancos, impulsionaram um processo de degradação da democracia; realizaram políticas de salvamento dos bancos por intermédio de empréstimos junto a esses mesmos bancos, e, como num passe de mágica, os bancos se transformaram em credores desses mesmos Estados (FATTORELLI, 2011).

A revolta e os movimentos em Atenas (Grécia) decorreram da crise do capitalismo da União Europeia e são liderados pelas pessoas mais velhas (aposentados, funcionários públicos e

desempregados) que estão perdendo pensões e direitos sociais duramente conquistados, e pelas pessoas que estão perdendo emprego e sofrendo redução de salários. A política econômica imposta à Grécia representa uma forma de neocolonialismo, com o pacote da União Europeia afetando a independência do povo grego de forma brutal, a ponto de a Grécia cortar 25% dos gastos em educação pública, 95% na área de saúde pública, e deixar a habitação sem recursos (ALEGRÍA, 2011). Como nenhum desses setores foi causa da crise, a população percebeu que os planos de resgate eram antidemocráticos e transformavam as dívidas privadas em dívidas públicas, sem qualquer consulta à população. O problema não era viável e os bancos impuseram um tecnocrata ligado à própria banca internacional para comandar a Grécia.

Confirmava-se o que havia afirmado Clóvis Rossi (2011), que, com a saída de Silvio Berlusconi, não havia sobrado um só governante nos cinco países sitiados pela crise do euro; todos os governos dos países que entraram na alça de mira dos mercados naufragaram: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. E, o que é pior, foi esse pessoal que fabricou as falcaturas no mercado financeiro e que ajudou nos trambiques da política de *deficit* público, como fez o banco Goldman Sachs, na Grécia, são os mesmos burocratas das finanças que agora derrubam os governos na Europa.

A Europa assiste, nesse momento, com anuência dos partidos e da mídia, ao poder autoatribuído dos mercados financeiros para nomear e demitir governos, impor metas e políticas que reduzem os direitos dos cidadãos, tornando a economia e a sociedade em meros dentes de uma engrenagem reprodutora do capital a juro. A sociedade americana encontra-se dominada e congelada pelo bloco ultraconservador, dos ultraneoliberais, chamado de *Tea Party* - um pequeno grupo de ricos e reacionários, pertencente a uma ala do partido republicano que vem comandando o Congresso, trabalhando em favor dos ricos, dos grandes bancos e das grandes corporações, continua mantendo a hegemonia econômica dos bancos e mantendo a tecnocracia do Estado submissa (TAVARES, 2011)

No seio da maior potência capitalista da história, entretanto, os anarquistas, gente da contracultura e que acredita na democracia direta, iniciaram um movimento por acreditar que a crise não era passageira e sim uma crise estrutural, por

compreenderem que se trata de uma crise do capitalismo financeiro dominante. E, comandados por trabalhadores e jovens estudantes, iniciaram um protesto pela falta de perspectiva de futuro. As revoltas do "Occupy Wall Street" passaram a combater o capitalismo financeiro, o desemprego e as enormes desigualdades sociais nas Américas.

Entretanto, a revolta dos americanos não reivindica o fim do capitalismo. É hegemônica a ideologia americana da ascensão social, de que é possível crescer, que cedo ou tarde o capitalismo escapará da estagnação, possibilitará o caminho da ascensão social, ou seja, é a volta do sonho americano. Dessa maneira, acreditam nos benefícios do capitalismo. Entretanto, o domínio do capitalismo financeiro é que é destrutivo. Os que protestavam foram agredidos pela polícia e o movimento cresceu. Logo foram apoiados pelos desempregados, professores, profissionais liberais, sindicalistas, artistas, estudantes, classe média, em cidades como Boston, Chicago, Seattle, Cleveland, Los Angeles, Washington, passando a existir uma forte rejeição à plutocracia na política econômica americana e a reivindicar aumento de impostos para os ricos e a volta das atividades geradoras de emprego.

Stiglitz (2011, n.p.) logo percebeu que os manifestantes americanos pediam pouco, eles apenas queriam uma chance para usar seus talentos e habilidades; reivindicavam apenas o direito ao trabalho com salário decente; lutavam apenas por uma economia e sociedade mais justas; o desejo não era de revolução, eles estavam apenas lutando por algo grande: "uma democracia em que as pessoas, e não os dólares, falem mais alto; e uma economia de mercado que entregue o que promete".

Na América Latina também ocorrem jornadas e mobilizações convocadas pelo movimento estudantil e pelos trabalhadores. No Chile a revolta tem o objetivo de combater o ensino privado e exige uma educação gratuita e de qualidade, além de mostrar que o domínio do neoliberalismo impede uma mobilidade de ascensão social. Os protestos contra os abusos no mercado de saúde, na previdência social e por parte dos bancos são também parte dos protestos contra o modelo político-econômico vigente naquele país.

Para Coutrot (FEBBRO, 2011), o movimento dos indignados globalizou o protesto social e a rejeição a um modelo de depredação social, que domina o mundo há 30 anos, de abuso e de estímulo ao

consumismo desenfreado, sob o controle de uma elite reacionária, violenta e que sempre se mantém impune. As revoltas representam uma crítica moral e política, significa também o retorno à raiz da democracia, pois a intervenção do povo e a luta pelos seus direitos são louváveis.

O capitalismo planetário parece estar em fase terminal ou vai durar muito tempo? É uma pergunta que ninguém na sociedade sabe responder. Contudo, é bom lembrar dois princípios do marxismo (GRAMSCI, 2000, p. 36):

1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenha desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.

O problema é identificar se atualmente existe luta e se é possível identificar a disputa de projetos de sociedade (MONTAÑO, 2006). Ademais, os cientistas reformistas não apresentam potencial para conter os aspectos destrutivos do capital. Um projeto revolucionário tem a obrigação de avançar e construir uma alternativa que deve se concentrar em vencer a batalha de ideias em prol da construção de uma Nova sociedade.

Nessa linha, com base em textos filosóficos de Karl Marx que não são muito conhecidos, as palavras de Febbro (2012) sinalizam um caminho a ser seguido para a realização total do indivíduo fora dos circuitos mercantis: “no amor, na relação com os outros, na amizade, na arte. Poder criar o máximo a partir das disposições de cada um. Talvez seja o caso de recuperar esse relato do Marx filósofo e esquecer o do Marx marxista”.

5 Conclusão

Uma característica clara da crise é que está ocorrendo uma decadência no reino da política. A ação política somente atua para atender o que manda o quadro econômico. A crise que atravessou o Atlântico e se instalou na Europa mostra-se cada vez mais profunda. Neste contexto, os políticos na Europa estão perdendo a gestão da sociedade para os tecnocratas nomeados pelo mercado financeiro. Os circuitos econômicos e financeiros financiaram os políticos e apoderaram-se da política. O Estado, ao socializar os prejuízos e transferir a conta para a população, apenas aprofunda a crise.

As revoltas e lutas sociais que estão ocorrendo no mundo revelam que os povos perceberam que estão tendo que pagar a farra originada no mercado financeiro. E mais, as revoltas da atualidade não

revelam que estão criando alternativas para um modelo fora do domínio do capital. Lutam por democracia, por emprego, por consumo, por manter o nível de vida, mas sob o domínio do capital.

As revoltas questionam o domínio das finanças e da classe política, mas também não parece existir luta pelo desmoronamento da civilização do capital - que apresenta perspectivas de desdobramentos terríveis, podendo caminhar para a barbárie social - nem que a humanidade terá condições de construir e buscar alternativas sociais.

O capital e o projeto neoliberal criaram uma sociedade composta por indivíduos cada vez mais hedonistas, egoístas, consumistas, frívolos, obcecados pelos objetos inúteis e pela imagem, pelo que está na moda. O objetivo de vida na modernidade liberal é produzir, consumir e enriquecer, uma forma de viver medíocre ●

Referências

- ALEGRÍA, F. *A crise das dívidas*. Disponível em: <http://www.rupturafer.org/index.php?option=com_content&view=article&id=274:a-crise-das-dividas&catid=37:correio-internacional&Itemid=476>. Acesso em: 14 out. 2011.
- BARRY, J.; ECKERSLEY, R. *The state and the global ecological crisis*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário*. São Paulo Zahar, 2010.
- BAUMAN, Z. *Contra o capitalismo, Bauman convoca à imaginação*. 29 out. 2011. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/29/para-superar-capitalismo-bauman-convoca-a-imaginacao/>>. Acesso em: 29 out. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARVALHO, F. J. C. Fundamentos da escola pós-keynesiana. In: AMADEO, E. J. (Org.). *Ensaios sobre economia política moderna*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- CARCANHOLO, R. A. *A atual crise capitalista*. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000140749ff5409070d3d>>. Acesso em: 03 fev. 2011.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FEBBRO, E. *Crise do capitalismo provoca retorno às fontes da democracia*. 23 out. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18781>. Acesso em: 01. nov. 2011.
- FEBBRO, E. *Contra o estrago do liberalismo, recuperar o Marx filósofo*. 05 jan. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19334>. Acesso em: 05 jan. 2012.
- DIAMOND, J. *Colapso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DIERCKXSENS, W. et al. *Século XXI*. Goiânia: Cepec, 2010.
- FATTORELLI, M. L. A crise da dívida dos EUA. *CSP-Conlutas*. 08 ago. 2011. [online]. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2011/08/a-crise-da-divida-dos-eua-por-maria-lucia-fattorelli/>>. Acesso em: 18 nov. 2011.
- FRIEDMAN, T. L. *Quente, plano e lotado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- FUCS, J. Dani Rodrik: “A globalização foi longe demais”. *Época*, 12 abr. 2011. [online]. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI224639-15259,00-DANI+RODRIK+A+GLOBALIZACAO+FOI+LONGE+DEMAIS.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

KOZY, J. *A depravação da América*. 30 out. 2011. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/john-kozy-a-depravacao-da-america.html>>. Acesso em: 30 out. 2011.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MÉSZÁROS, I. *Ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO, L. C. D. *Globalização*. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/download/index.php>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

ROSSI, C. Mercados reinventam a guilhotina. *Folha de S. Paulo*. 08 nov. 2011. [online]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/1002889-mercados-reinventam-a-guilhotina.shtml>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

STIGLITZ, J. *Como tirar proveito da longa crise*. 14 ago. 2011. Disponível em: <<http://sergyovitro.blogspot.com/2011/08/joseph-stiglitz-como-tirar-proveito-da.html>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

TAVARES, M. C. "Colapso do neoliberalismo sob o tacão dos ultra-neoliberais: é a treva!". Entrevista a Saul Leblon. *Carta Maior*, 05 ago. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18189>. Acesso em: 05 ago. 2011.

WALLERSTEIN, I. *O tempo em que podemos mudar o mundo*. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/14/o-tempo-em-que-podemos-mudar-o-mundo/>>. Acesso em: 14 out. 2011.

* Professor do Dept de Economia/UFPI, Mestre em Economia/ UFC e Doutorando em Políticas Públicas/ UFMA.

O CAPITALISMO TARDIO BRASILEIRO E O INÍCIO DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Por Antonio Carlos de Andrade*

Resumo: o artigo discute e analisa a perda de competitividade recente da indústria brasileira, com os produtos manufaturados e semimanufaturados perdendo mercado, tanto internamente como no mercado externo, ao passo que os produtos básicos brasileiros - principalmente os agrários - vêm crescendo na pauta de exportação, que parece fazer o País retornar à sua condição de agrário-exportador.

Palavras-chave: Capitalismo tardio. Perda de competitividade. Processo de substituição de exportações.

1 Introdução

A perda recente de competitividade da indústria brasileira na área de manufaturados é algo preocupante, não somente para os industriais do setor, mas para toda a economia do País, pois se está substituindo produtos manufaturados e semimanufaturados produzidos pela indústria brasileira pelo processo de substituição de exportações (PSE). As causas são conhecidas: supervalorização do câmbio frente às principais moedas do mundo, mormente ao dólar; carga tributária estratosférica, elevado custo dos principais insumos, como a energia elétrica, além de uma infraestrutura de transportes de qualidade entre regular e péssima. O setor tem-se ressentido com a escassez de mão de obra especializada, o que tem feito os salários subirem bem acima da sua produtividade, e isso tem refletido fortemente na queda das exportações de bens manufaturados, em contrapartida ao aumento da importação dos mesmos, especialmente dos países asiáticos.

Essas e outras discussões foram inspiradas em uma notícia lida na mídia, na qual Lamucci (2011, n.p.) comentava a informação da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex):

A dificuldade de competir fica evidente quando se nota que, em maio [2011], a produção da indústria de transformação se encontrava praticamente no mesmo nível de setembro de 2008, apesar de o consumo ter crescido com força no período - as importações atenderam boa parte dessa demanda. As exportações de manufaturados também vão mal. Entre 2005 e 2010, o volume das vendas des-ses produtos encolheu 15,8%.

O objetivo deste trabalho é discutir e analisar as causas da perda de competitividade da indústria brasileira nos últimos anos. Para tanto, faz uma revisão histórica do processo de industrialização brasileiro, desde a sua gênese até os atuais dias, com base nas teses que tentam explicar como ocorreu a industrialização no País e quais foram as molas propulsoras desse processo; apresenta, ainda, um estudo de caso de uma indústria brasileira que passa por esse processo; e